

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Folha de São Paulo

Class.:

Data:

29.04.85

Pg.:

*Terena proporrá
nova política
indigenista*

Do Sucursal de Brasília

Esta semana, com a participação da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e de antropólogos identificados com o setor, o assessor para Assuntos da Cultura Indígena do Ministério da Cultura, Marcos Terena, pretende divulgar uma carta de propostas ao governo federal, defendendo as prioridades básicas e as necessidades secundárias para o desenvolvimento de uma política indigenista adequada. A carta também contesta as proposições levadas ao Ministério para Assuntos Fundiários pelo Grupo de Terras Indígenas (GTI), criado para fornecer subsídios ao Plano Nacional de Reforma Agrária.

Lembrando a Carta do Equador, redigida em julho de 1981, que propõe aos países do Tratado de Cooperação Amazônica a realização de uma autêntica reforma agrária, Marcos Terena denuncia a ocupação indevida de áreas indígenas demarcadas. Assim, ele pede ao presidente da República e ao Congresso Nacional para que fiquem em "estado de alerta".

Preocupado, "mas esperançoso em relação ao respeito aos direitos do índio, com o advento da Nova República", Terena passou a semana reunido com caciques das tribos localizadas na área do Tratado de Cooperação Amazônica, consultando-os sobre a invasão indiscriminada de suas reservas.

Aplicação efetiva

Lembrando que o Brasil, a exemplo da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, é um dos que assinaram o referido tratado, Terena também cobra do governo federal a aplicação, de maneira efetiva, de todos os dispositivos legais e acordos internacionais que garantem os direitos dos índios. Aponta também para o compromisso assumido pelos governos de procurar consultar, sempre, os líderes indígenas no processo de elaboração, formulação e execução da política indigenista.

E ressalta que sobre a proteção das terras indígenas, a reunião do Equador propunha aos países do Tratado de Cooperação Amazônica "a realização de uma autêntica reforma agrária, com o propósito de buscar uma melhor solução para os problemas econômicos e sociais dos setores rurais desses países e de deter o processo de colonização que ocorre na região da selva tropical".

Em relação às propostas encaminhadas pelo GTI ao Ministério para Assuntos Fundiários, Terena afirmou que "não têm nada a ver conosco." Ele concorda com a revogação do decreto que burocratiza a demarcação das reservas, mas se opõe a uma série de outros itens. E cita, por exemplo, a ausência na realização das propostas de sertanistas, de indigenistas e de antropólogos que estejam realmente envolvidos com o setor para participar das discussões.